

Contrato nº 48/2025

Última atualização 03/12/2025



Local: Brasília/DF **Órgão:** CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA

Unidade executora: 389185 - CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINARIA

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 0110027.00000005/2025-70 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 03/12/2025 **Data de assinatura:** 03/12/2025 **Vigência:** de 03/12/2025 a 03/12/2030

Id contrato PNCP: 00119784000171-2-000107/2025 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [00119784000171-1-000059/2025](#)

Objeto:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de auxiliar de cozinha, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de uniformes, materiais, equipamentos e utensílios necessários à plena execução dos serviços.

Informação complementar:

Quantidade de postos: 01 Valor unitário: R\$ 4.860,27 Valor mensal: R\$ 4931,19

VALOR CONTRATADO

R\$ 59.174,24

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 23.277.167/0001-08 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: AL. A SERVICOS GERAIS LTDA

Termos Arquivos Histórico

Número	Tipo	Data Assinatura
01/2026	Termo de Apostilamento	13/04/2026

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

